

III. Contexto e realizações segundo Eixos Estratégicos

As conquistas dos últimos anos já conformam um Recife diferente, embora grandes desafios ainda permaneçam em foco, dada a enorme dívida social de uma longa história de exclusão que não se restringe apenas à esfera local, mas constitui um traço marcante do cenário nacional. O balanço do governo anterior, intitulado “Mudando o Recife de mãos dadas com o povo” revela importantes conquistas, assim como os levantamentos realizados para a formulação do programa do atual governo, além do diagnóstico do Plano Diretor do Recife, que traz um perfil das condições atuais da cidade e seus principais desafios. A seguir são destacadas algumas das realizações que traduzem um modo de governar que vem transformando a realidade do Recife.

o Desenvolvimento Econômico

A característica fundamental da economia da Cidade do Recife é a presença marcante do conjunto de atividades terciárias compreendidas pelo comércio (atacadista e varejista) e pelos serviços (de distribuição, coletivos, pessoais e pela administração pública). Como grande centro urbano, a economia do Recife é predominantemente uma economia terciária. Seguem a este grande conjunto de atividades, as que constituem o setor industrial compreendido pelas indústrias de transformação, de construção e pelos denominados serviços de utilidade pública (gás, eletricidade e abastecimento de água). Dados do Ministério do Trabalho, (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/2008), revelam que o emprego formal no setor de comércio e serviços totaliza 84,4%, enquanto que a indústria, juntamente com a construção civil somam apenas 15,1% da mão-de-obra empregada.

Estas informações já mostram que qualquer esforço no sentido de induzir o desenvolvimento da economia local não pode deixar de centrar as ações sobre as atividades terciárias que, certamente, definem a dinâmica econômica. E estas, como são do conhecimento geral, caracterizam-se por uma grande heterogeneidade, que se traduz tanto em aspectos relacionados com o grau de informalidade/formalidade, quanto no tocante ao tamanho do estabelecimento ou, ainda, em relação ao tipo de atividade exercida e ao dinamismo que vem tendo nas últimas décadas.

Considerando-se a leitura do contexto regional e estadual, a comparação de dados referentes à participação da Região Metropolitana e do município do Recife na composição do PIB do

estado⁶ mostra um duplo processo de descentralização das atividades produtivas em Pernambuco. Em primeiro lugar, o que se refere à descentralização, que diz respeito à presença, cada vez maior, dos demais municípios da Região Metropolitana, em detrimento do Recife. Ou seja, cada vez mais, o município que comanda a RMR - a capital do Estado - vem apresentando redução relativa de suas atividades, em favor dos demais que integram a metrópole pernambucana. Em segundo lugar, a própria Região Metropolitana registra uma perda relativa no contexto estadual, mostrando o outro processo de descentralização que beneficia as economias das microrregiões do interior.

Embora os instrumentos fundamentais para apoiar a expansão da economia situem-se fora da competência dos governos municipais, não resta a menor dúvida de que este deve ser um foco da sua atenção, mesmo considerando essas limitações. Neste sentido, parte relevante dos esforços deve ser encaminhada para o favorecimento do desenvolvimento da economia, tanto no que se refere aos instrumentos normativos ou de regulação, como os fiscais ou financeiros. É evidente que não se almeja qualquer forma de crescimento, como aquele que ignora a melhoria das condições sociais e da qualidade de vida urbana, além da questão ambiental. Mas objetiva-se alcançar um crescimento da economia que se constitua pré-condição para a inclusão social – objetivo último da ação governamental – e que, ao mesmo tempo, permita a maior eficácia das políticas sociais. Deve-se levar em conta que políticas como as de intermediação da mão-de-obra, microcrédito, bolsa-escola, erradicação do trabalho infantil e combate à pobreza, somente permitem mudanças significativas num contexto de reativação da atividade produtiva.

No contexto do desenvolvimento econômico esses são os principais problemas identificados na escala municipal:

- A ocupação irregular do espaço público no comércio;
- O índice de desemprego, historicamente, no patamar de 20%;
- A elevação no índice de concentração de renda;
- A falta de política municipal direcionada para as indústrias;
- A submissão aos atravessadores nas atividades de pesca e coleta de crustáceos das colônias e associações de produtores familiares.

As principais ações levadas a cabo na implementação da política de desenvolvimento econômico estavam pautadas pela conquista de uma cidade justa, privilegiando a geração de

⁶ Ver o estudo “A Economia do Recife”, coordenado pelo professor Leonardo Guimarães, para a Prefeitura do Recife, em 2003.

trabalho e renda. As principais ações abrangem capacitação, programas de renda mínima, estímulo à economia solidária e oferta de crédito popular.

O Banco do Povo facilita o acesso ao crédito e estimula o pequeno empreendedor, além de oferecer capacitação, movimentando mais de 32 milhões de Reais, atendendo a cerca de 30 mil pleitos. O Sistema Público de Emprego, que promove intermediação de mão-de-obra, ampliou em quase sete vezes, entre 2005 e 2008, os resultados dos encaminhamentos efetivados como emprego em relação aos anos anteriores, alcançando 3,6 mil atendimentos com sucesso.

No campo da inclusão digital, foram implantados 7 infocentros e 5 telecentros desde 2001, oferecendo acesso à tecnologia da informação. Outros equipamentos oferecem capacitação e assistência, como os dois Restaurantes Populares, com alimentação subsidiada em parceria com empresas patrocinadoras, e o Restaurante-Escola que já somam mais de 500 mil refeições servidas.

- Cultura

A cultura é estratégica para o Recife. É uma cidade que sempre teve um grande potencial de cultura, ao se considerar a sua diversidade, resultado de uma formação histórica, peculiar, caracterizada pela mistura das culturas indígena, européia e africana. O Recife sempre foi um caldeirão multicultural. Esse potencial se expressa na quantidade de manifestações culturais e artísticas existentes na cidade. O valor histórico da tradição constrói, em parceria com o povo, uma identidade histórica, imaginária, material, múltipla e dinâmica.

Além do valor histórico, o Recife tem a *multiculturalidade* como grande elemento que movimenta a economia da cidade. A cidade oferece, cada vez mais, trabalho e renda para uma grande quantidade de pessoas gerando o crescimento do turismo, favorecendo a preservação do Patrimônio Cultural e uma melhor utilização e acesso da população aos seus equipamentos. Nesse contexto, os eventos passaram a ser parte integrante desse processo e não ações pontuais e isoladas, fortalecendo a economia local e movimentando o trabalho dos artistas, dinamizando a cadeia produtiva da cultura. Todo esse potencial faz da cultura um importante elemento de inclusão social e perspectiva de melhoria da qualidade de vida para a população.

A gestão 2001/2008 adotou uma nova concepção de cultura, que se expressou no conteúdo e na forma do fazer cultural da Cidade. Passou a ser entendida como direito fundamental e um importante vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social. Essa nova concepção considera três dimensões: a produção simbólica, com a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; o direito de cidadania, contemplando a universalização do acesso à cultura e inclusão social; e a dimensão econômica, com a geração de trabalho e renda e o fortalecimento das cadeias produtivas da cultura.

Passou-se, desde então, a considerar todos os indivíduos como sujeitos do fazer cultural, portanto, foco das ações e projetos da ação do governo municipal. Isso levou a uma ampliação das atividades culturais e da participação da população. Foram criados espaços democráticos e descentralizados onde o povo participa efetivamente do processo decisório das ações e projetos culturais.

Outra expressão de mudança foi o aumento do percentual do orçamento do município destinado a cultura, que passou de 1,33% em 2001 para 3,73% em 2008. A cena cultural da cidade foi ampliada e ganhou uma importância significativa tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

Os ciclos culturais – Carnaval, São João e Natal – são realizados hoje pelo poder público municipal junto com as populações dos diversos bairros e comunidades, com grande investimento no profissionalismo e na qualidade dos eventos realizados. Esses elementos têm o reconhecimento da população local e de uma infinidade de turistas do Brasil e do exterior que vêm em busca do conhecimento dessa diversidade cultural, que favorece a identidade de Cidade Multicultural.

O Recife possui também projetos estruturadores que têm a cultura como eixo central e são fundamentais para o processo de desenvolvimento de políticas públicas: as Refinarias Multiculturais, o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda e o Programa Multicultural. A concepção das Refinarias Multiculturais compreende um conjunto de equipamentos culturais descentralizados em todas as RPA's para abrigar atividades de formação artístico-culturais. O Plano do Complexo Turístico propõe ações estratégicas de integração, utilização do solo e um modelo de gestão com a participação da sociedade. Já o Programa Multicultural tem como objetivo formar produtores culturais, artistas e pessoal técnico para o novo cenário da economia da cultura na Cidade.

O modelo de gestão é participativo e democrático priorizando a descentralização e o acesso aos equipamentos e atividades artístico-culturais da cidade em todas as RPAs. Existem vários espaços de participação, tais como:

- *Plenárias Regionais do Orçamento Participativo*: instância do OP onde a população indica ações prioritárias para as RPAs;
- *Plenárias Temáticas de Cultura*: espaço do OP que tem como objetivo avaliar o trabalho da cultura, assim como, eleger os representantes para compor o Fórum Temático;
- *Fórum Temático de Cultura*: espaço do OP de participação popular e controle social.
- *Conferência Municipal de Cultura*: instância propositiva da Política Cultural do Recife. Define objetivos, estratégias de ação do trabalho da cultura no âmbito municipal. Realiza-se bianualmente. É formada por delegados eleitos e representantes do poder público e da sociedade civil.
- *Conselho Municipal de Políticas Culturais*: Instância consultiva. Delibera sobre ações culturais e faz controle social do trabalho da cultura. Compõem o Conselho representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. Existem também 19 Fóruns Permanentes – 13 dos segmentos da cultura e 6 territoriais. O modelo de gestão, com base nos princípios da democracia, participação popular e descentralização das decisões, coloca-se no cenário nacional como modelo para outras cidades.

Os recursos destinados a cultura atingiram nos últimos anos o percentual de 3,17% sobre o valor total arrecadado através do recolhimento do Imposto Sobre o Serviço - ISS e do Sistema de Incentivo a Cultura – SIC. O Recife alcançou, no ano de 2005, o patamar de segundo maior percentual de orçamento para a cultura no país. Na avaliação do valor per capita, posiciona-se como o segundo maior que é igual a R\$ 21,83, segundo o IBGE.

Destaca-se que há um crescimento em relação aos orçamentos por ocasião dos ciclos culturais, em particular o carnavalesco, visto que os recursos derivam de patrocínios, seja através da Lei Rouanet ou via marketing direto, ou ainda convênios. Desta forma a composição do orçamento da cultura no período acima foi notadamente crescente e de forma equalizada recebendo os maiores incrementos no período dos ciclos, sendo 47,75%, para as despesas, 27,17% com pessoal e encargos sociais e 20,05% com as promoções culturais.

Pode-se também citar a posição do Recife em relação ao plano internacional, do qual ela se enquadra em terceiro lugar em relação a Barcelona e Buenos Aires, seguida de São Paulo, Madrid e Cidade do México.

- Turismo

O despertar para a importância do turismo como atividade econômica elevou em muito o patamar de competitividade entre os destinos, fazendo com que, cada vez mais, invista-se na estruturação de produtos, na melhoria dos serviços turísticos e da infra-estrutura de apoio, bem como na conquista de novos nichos de mercado. Paralelamente, e até como consequência do anteriormente registrado, também mudou o perfil do turista, hoje mais exigente no quesito relativo à escolha de um destino.

O retardo no engajamento nesse processo de mudanças induziu o Recife a apresentar baixos níveis de desempenho na atividade. Em decorrência, também foram reduzidos os investimentos privados no setor, ocorrendo uma estagnação na oferta hoteleira e até o fechamento de meios de hospedagem. E este é um quadro de difícil reversão em curto prazo, visto que a instalação de novos equipamentos demanda, além da confiança dos investidores no destino, tempo para construção e início da operação.

Um novo horizonte para o turismo do Recife foi vislumbrado a partir de 2001, quando um intenso trabalho de requalificação da cidade foi iniciado. Importantes iniciativas foram levadas adiante, com campanhas contra a exploração sexual infanto-juvenil, programas de capacitação profissional, recuperação de vias, praças, parques e mercados, criação de novas áreas de esportes e lazer, reforço na sinalização turística, promoções culturais. Todas essas constituem ações que requalificam a cidade e que valorizam as raízes populares. O Recife havia retomado o caminho do desenvolvimento econômico e social, para o qual o turismo se revela um importante instrumento.

Em dezembro de 2006, com o lançamento do Projeto Turístico do Recife, o cenário local do turismo foi radicalmente alterado, trazendo expressivas conquistas para o setor. A iniciativa contemplava mais de vinte e cinco macro-ações abrangendo a sensibilização turística, a venda do destino, a requalificação de espaços turístico-culturais localizados nas diversas comunidades, a animação do Recife, o envolvimento das Universidades no processo de aprimoramento turístico da cidade e a oferta de novos passeios e programas o que amplia a permanência do turista na cidade e dinamiza o setor. Os tópicos a seguir demonstram as conquistas:

- Em 2008, Recife teve um fluxo turístico global da ordem de 2,2 milhões de visitantes, equivalente a quase 60% do fluxo turístico global de Pernambuco (fonte: Secretaria de Turismo de Pernambuco/EMPETUR);

- O júri da revista “Veja – O melhor do Brasil” (edição julho de 2008) apontou o Recife como a Capital Cultural do Brasil da Região Nordeste;
- Incremento de 10% na procura e venda de passeios e programas turísticos no Recife, no comparativo 2007/2008 (Fonte: ABAV/PE). Neste contexto, vale destacar que duas das maiores agências receptivas do Estado, a *Luck Viagens* e a *Martur*, informaram um incremento de 30% nas vendas no comparativo janeiro 2008/janeiro 2009;
- Incremento de 15% no número de turistas, inclusive internacionais, que participaram de eventos apoiados e/ou captados pelo Recife Convention & Visitors Bureau, no comparativo 2007/2008 (Fonte: Recife CVB);
- Aumento da taxa de ocupação hoteleira, que durante todo o ano de 2008 ficou próxima aos 80% (Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH/PE), um recorde na história do turismo do Recife. Registre-se também que setor hoteleiro local comemorou em janeiro de 2009 a melhor receita e ocupação dos últimos doze anos: 94%, contra a média de 82% do ano anterior. A ocupação hoteleira do Recife é hoje considerada uma das melhores do país;
- Aumento de 13% no faturamento e movimentação do segmento de bares e restaurantes, no comparativo 2007/2008 (Fonte: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel/PE). Vale destacar que o Recife é hoje o mais importante pólo gastronômico do Norte e Nordeste. De acordo com levantamento da Abrasel, há aproximadamente dez mil estabelecimentos instalados na sua Região Metropolitana;
- Incremento de 18% no faturamento das locadoras de veículos entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, se comparado ao de igual período da alta estação anterior (Fonte: Abla/PE);
- Desempenho inédito na história do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre. Pela primeira vez o movimento mensal superou, em janeiro de 2009, a marca de 500 mil passageiros embarcados e desembarcados. O crescimento foi de 13,66%, na comparação janeiro 2008/janeiro 2009, segundo a INFRAERO;
- Estudo divulgado pelo Ministério do Turismo, Fundação Getúlio Vargas e SEBRAE em 2008 aponta o Recife como um dos mais competitivos entre os 65 destinos indutores brasileiros. O município obteve índices bem superiores à média nacional, alcançando índice de 71,84 contra uma média de 51,8 para os municípios brasileiros. O estudo considerou treze dimensões a exemplo de acesso, aspectos culturais, capacidade empresarial, marketing, serviços e equipamentos turísticos, entre outros.
- A iniciativa privada voltou a investir na hotelaria. Além da ampliação e reabertura de hotéis, novos investimentos já estão sendo feitos, estimulados com o atual quadro de avanços do turismo do Recife. Com a conclusão dos mesmos, a cidade terá uma oferta adicional de leitos na hotelaria da ordem de 20%. A confiança do empresariado

no momento vivido pelo turismo no Recife também é retratado em investimentos na recuperação e melhoria da rede hoteleira local. Registre-se que o Recife conta com 83 meios de hospedagem (entre hotéis, flats e pousadas), com uma oferta de 4.877 UH's e 11.094 leitos (fonte: EMPETUR – outubro de 2008).

- O Carnaval Multicultural 2009 foi considerado o melhor da história do Recife para o setor, garantindo 97,5% de taxa de ocupação hoteleira; 34% de aumento no faturamento da hotelaria; 20% de aumento no faturamento dos taxistas; 37% de incremento no gasto diário dos turistas hospedados em hotel; 665 mil visitantes nos dias de Momo; 97% dos visitantes com intenção de voltar nos próximos carnavais; 27% de incremento na economia local em relação ao crescimento no igual período de 2008. O Carnaval 2009 também foi um dos melhores para os guias de turismo do Recife. Segundo o Sindicato dos Guias de Turismo (SINGTUR/PE), houve ocupação plena dos seus filiados, e até carência de profissionais daquela categoria durante o período.

- ***Desenvolvimento urbano e ambiental***

Passo fundamental no planejamento da cidade foi dado quando da aprovação do novo Plano Diretor para o Recife, Lei 17.511/08, em 29 de dezembro de 2008. O Plano Diretor, elaborado com base no Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, estabelece um modelo ancorado na participação popular por meio de diversos mecanismos e instâncias de interlocução. Estas instâncias compreendem a Conferência da Cidade, a Conferência Municipal de Política Urbana, o Fórum de Políticas Públicas, o Fórum do Prezeis, o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), o Conselho do Meio Ambiente (COMAM), o Conselho do Orçamento Participativo. Há ainda outros instrumentos de gestão democrática tais como as Audiências Públicas e os Conselhos Setoriais.

Um desafio central para a implantação plena desse modelo reside na articulação e integração intersetorial da participação popular com o planejamento, como também na formulação integrada das propostas de cada órgão da administração municipal, visando à implantação e o monitoramento do Plano Diretor, e sua necessária vinculação ao Programa de Governo.

O planejamento se mostra mais visível em realizações estruturadoras para cidade. A Via Mangue constitui numa das principais medidas para a qualificação da zona sul e parte de sua estrutura já foi implantada, favorecendo a circulação no bairro do Pina. A duplicação do viaduto Capitão Temudo, na Ilha Joana Bezerra, não somente favorece a ligação entre os bairros

centrais e a zona sul, como também qualifica a região para receber novos equipamentos e se constituir num novo pólo dinâmico para a cidade, especializado nas atividades jurídicas. Os melhoramentos na orla de Boa Viagem atraem mais turistas e beneficia um dos mais reconhecidos espaços de lazer do recifense. O corredor leste-oeste traduz uma política de prioridade ao transporte público e deverá se integrar a outro conjunto de medidas locais e metropolitanas, que vão assegurar melhor condição de mobilidade. O programa Capibaribe Melhor já está preparando o Recife para consolidar uma nova relação da cidade com o meio ambiente urbano, combinando ações de proteção à natureza, e particularmente ao rio, com grandes intervenções estruturadoras para a RPA 3 e 5, em particular.

Desde o ano 2001 foram construídas 4,5 mil unidades habitacionais, e outras 3,5 mil estão em construção. Desse total, 480 estão já comprometidas com o esforço para a resolução do drama social das palafitas. Mas esse universo total está pautado pela prioridade de atender a um conjunto mais amplo de famílias que também não podiam dispor de uma moradia digna.

Nos mais diferentes bairros de toda a cidade não somente os programas de construção de novas casas, mas notadamente aqueles de urbanização de assentamentos precários vêm mudando a paisagem da cidade. A construção da avenida Brasília Formosa e todo o processo de remoção das palafitas e urbanização da orla constituindo um novo espaço de lazer para a população de Brasília Teimosa é um dos marcos mais significativos de transformação.

O programa de auxílio-moradia vem atendendo a população que sofre pela ocupação de áreas de risco, nos morros ou em áreas alagáveis da planície. Uma média de 3,5 mil famílias por ano são atendidas até que se resolva a segurança de sua morada. O Programa Guarda-Chuva envolve uma ação permanente que combina prevenção, intervenções de eliminação de pontos de risco, de emergência e de educação urbano-ambiental. Só no período deste último ciclo do PPA, considerando dados de 2006 a 2008, mais de 12 mil famílias foram contempladas com o auxílio-moradia.

Os programas de urbanização se dão em conjunto com uma ação de saneamento integrado, enfatizando a dimensão ambiental no cotidiano das realizações urbanísticas. Inúmeras áreas da cidade já foram contempladas, seja por meio de financiamentos internacionais, como é o caso do programa Prometrópole, seja pelas novas ações integradas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de outras fontes e convênios que vêm permitindo potencializar a destinação de recursos próprios do Recife.

No campo da proteção ao meio ambiente, um dos principais avanços obtidos pelo município do Recife nos últimos anos teve como foco a constituição do arcabouço legal e institucional de sua área de gestão ambiental. Contar com normas consistentes e boa estrutura operacional assegura que se possa contar com bons referenciais para lidar com o meio ambiente, para fiscalizar e impedir a sua degradação, além de orientar melhor as ações da prefeitura. Em termos concretos, isso se traduz em ações como o tratamento assegurado aos manguezais e à arborização às margens do rio Capibaribe, quando da realização das obras da Avenida Beira Rio, ou ainda se materializa em obras como a reabilitação do Jardim Botânico, investimento de 280 mil Reais que deu vida a um dos mais ricos componentes do ambiente natural no contexto do Recife.

Esse fundamental ponto de partida, objetiva preparar a cidade para exercer papel outorgado pela Constituição Federal de 1988 referente à gestão urbana e ambiental local.

No que tange à infra-estrutura e serviços urbanos, as características do sítio natural do Recife associadas ao seu processo histórico de formação e crescimento explicam a alta complexidade da trama urbana e colocam desafios peculiares. Os sistemas de macro e micro-drenagem constituem um desses desafios iniciais. São caracterizados pelas redes de galerias, canaletas de águas pluviais e 105 km de canais distribuídos nas bacias dos rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jordão e Jiquiá.

O sistema de micro-drenagem compreende aproximadamente 1.000 km de extensão, no qual identificamos vários problemas provenientes de causas diversas, tais como: o adensamento urbano desordenando com a ocupação de margens e calhas de canais ou sobre galerias e canaletas, o subdimensionamento da tubulação, limitações impostas pela topografia, e ainda: boa parte da rede envelhecida e com tempo de vida útil no limite de aceitabilidade, o que exige uma manutenção contínua para minimizar os efeitos.

O sistema de macro-drenagem é constituído pelos canais e rios que apresentam, também, problemas de estrangulamento de calhas pela ocupação desordenada ou por equívocos do passado, com o aterro de margens ou canalização de trechos. Na medida em que aumentava a velocidade do escoamento, reduzia-se a capacidade de drenagem, ocasionando o agravamento do problema ao longo do tempo.

Os atuais riscos de alagamentos e inundações ocorrem, principalmente, devido a chuvas torrenciais na própria área da cidade e nas áreas mais elevadas das cidades vizinhas, inundações fluviais causadas por chuvas nas bacias hidrográficas dos rios que cortam a

cidade, pelas marés de maior amplitude que chegam a alagar partes baixas da cidade. A ocorrência do efeito combinado de mais de uma dessas causas apontam conseqüências ainda mais contundentes. Nas últimas décadas, tem sido feito um esforço considerável por diversas instituições para enfrentar os problemas das águas urbanas, com resultados positivos, embora a magnitude da questão exija, ainda, ações mais amplas e de maior envergadura.

As mais de 1.300 escadarias existentes na cidade se constituem em verdadeiros arruamentos, e na maioria dos casos, únicos acessos a uma grande parcela da população. Deve-se considerar que boa parte delas foi construída há muito tempo, com cortes de barreiras e sem obedecer aos padrões de segurança. Hoje, as medidas necessárias à conservação e recuperação exigem soluções adequadas a cada caso. São constantes, portanto, as demandas por intervenções reparadoras nos muros de arrimos e escadarias, exigindo uma atenção toda especial para a eliminação dos pontos de riscos.

A cidade dispõe de uma malha viária vasta e com vários tipos de revestimentos e, ainda, um grande número de logradouros em leito natural. Além dos problemas comuns aos grandes centros urbanos, as particularidades do solo recifense provocam constantes recalques de pavimentos, o que afeta o sistema de drenagem, com deformações verticais dos pavimentos, responsável, também, por alagamentos localizados em trechos de ruas. A idade e o peso do pavimento, somado ao peso do aterro e às vibrações produzidas pelo trânsito são, também, causadores de recalque, com depressões localizadas de difícil drenagem que exigem ações contínuas de manutenção.

No Recife são recolhidas aproximadamente 2.500 t/dia de lixo que exige, além dos recursos, toda uma logística operacional para a disposição final dos resíduos sólidos. É feita, ainda, coleta seletiva para uma pequena parte do lixo, com separação de plásticos, papéis, metais e vidros. Além disso, muitos catadores também operam nas ruas. Embora a coleta de lixo seja realizada com bastante eficiência, cerca de 1% do lixo em áreas de difícil acesso é jogado, pelos moradores de palafitas e favelas, em áreas de manguezais ou em cursos d'água, causando problemas estéticos, ambientais e reduzindo a capacidade de escoamento dos rios e dos canais.

A manutenção da iluminação pública do Recife é de responsabilidade da EMLURB, compreendendo uma rede de aproximadamente 110.000 pontos. É necessária a aplicação de investimentos para a sua modernização e efficientização, através da substituição de luminárias (troca de lâmpadas VM por VS) e componentes associados, cujas ações deverão ser implantadas através do programa Reluz.

O Transporte Público de Passageiros está articulado ao sistema metropolitano – Sistema Estrutural Integrado. Está organizado em seis áreas homogêneas, perfazendo um total de 104 km de rota, incluindo o Transporte Complementar de Passageiros, com 252 permissionários distribuídos em 26 linhas. Até o momento foram implantadas 20 linhas com ajuste de itinerários para adequar a demanda com um total de 126 veículos em operação.

As linhas interbairros integram as localidades não atendidas pelas linhas do sistema de ônibus, com itinerários e tarifas não concorrentes. Essas linhas são atendidas por veículos com capacidade máxima de 20 lugares, equipadas com bilhetagem eletrônica. A remuneração dos operadores é realizada através da receita arrecadada – tarifa do anel A do STPP/Recife. Atualmente este serviço contém 7 (sete) linhas com uma frota de 86 veículos em operação, com idade média de 3,5 anos, transportando em média 804.616 passageiros mês (referência - maio/2009) dos quais 74,1% inteiro, 22,2% vale-transporte, 2,3% estudante e 1,4% gratuito.

As Linhas Alimentadoras oferecem um serviço de transporte gratuito, com veículos de 16 lugares em áreas que não tem acesso pelos ônibus. Os operadores são remunerados pelo serviço realizado e os recursos provêm da receita do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR. A confiabilidade do serviço é garantida através de rastreadores com tecnologia GPS. Atualmente este serviço contém 13 (treze) linhas com uma frota de 43 veículos em operação com idade média de 3,6 anos. Estes veículos transportam em média 400 passageiros /dia. Implantação do Sistema de Geoprocessamento por Satélite em todos os 22 veículos componentes das linhas alimentadoras.

- **Políticas sociais**

A gestão pública tem um papel fundamental na inclusão das pessoas, promovendo a garantia dos direitos e o acesso à Saúde e Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, o que abrange programas específicos, com ênfase em questões como a juventude, a criança e o adolescente, o idoso e a mulher; o respeito à igualdade racial e à livre orientação sexual, a mobilidade e acessibilidade, a segurança cidadã, a integração da pessoa com deficiência.

Esses temas já vêm sendo tratados de forma intersetorial e integrada como políticas do governo para a inclusão social. Com apoio de programas federais tem-se avançado para construí-las como políticas de Estado.

- Saúde

As políticas públicas de saúde no Brasil avançaram de modo extraordinário com a implantação do Sistema Único de Saúde, em 1988. Apesar de todas as dificuldades, a defesa dos princípios do SUS, da *universalidade*, da *integralidade*, da *equidade*, e da *participação popular*, representou o desenvolvimento de uma política de saúde direcionada para a garantia do *direito à saúde* da população, resultando em grande diversidade de experiências exitosas na gestão pública.

O Recife assumiu a defesa do SUS e do fortalecimento das políticas de saúde desde 2001 e tem se comprometido com a garantia de acesso às ações e serviços de saúde e com políticas públicas integradas para a melhoria dos indicadores de saúde. Neste período, vivenciou um crescimento extremamente rápido na disponibilidade de serviços de saúde. Houve expressivo incremento nos investimentos anuais. Entre o ano 2000 e 2008 os recursos foram triplicados passando da ordem de 5,45% para 15,3%, demonstrando a reorientação de prioridades que busca firmar a garantia de um padrão de atendimento universal e de qualidade. O porte e complexidade das demandas, contudo, ainda representa um desafio de resolução em longo prazo.

Dentre os vários serviços implantados ou ampliados, destacam-se: 240 novas equipes de saúde da família, 118 equipes de saúde bucal, 4 Urgências Odontológicas em funcionamento 24 horas; 6 Centros de Especialidades Odontológicas; 18 Centros de Apoio Psicossocial (CAPS); 7 CAPS especificamente dedicados à questão Álcool/Drogas; 11 Residências Terapêuticas; além da ampliação de escopo da atuação da Vigilância em Saúde.

Também foi um período fértil na inovação e incorporação de novas propostas, a exemplo da implantação do SAMU, do Programa de Saúde Ambiental, do Projeto Ambiente Livre do Fumo, e do Programa Academia da Cidade. Este último associado à saúde, mas integrado a políticas de esportes e de ação social, hoje somam 21 unidades – representando um marco na história da provisão de serviços e equipamentos públicos, criando hábitos saudáveis, requalificando espaços públicos e fortalecendo a cidadania.

- Educação

Na educação os investimentos tiveram incremento de mesma monta, atingindo mais que o triplo do resultado registrado no ano 2000. A rede escolar teve 79 unidades educacionais entre

novas e novas sedes de escolas já existentes desde 2001, ampliando a capacidade de atendimento e a qualificação dos serviços educacionais para crianças e jovens. O programa Bolsa Escola Municipal já beneficia 6.259 famílias, assegurando a presença da criança e do jovem na escola e apoiando os pais no investimento do futuro dos seus filhos. Um milhão de livros foi distribuído entre 2000 e 2008 e 124 ambientes de leitura foram implantadas no mesmo período, fomentando o hábito da leitura.

O tema da qualidade da educação vem ganhando relevância no cenário brasileiro tendo em vista os resultados preocupantes demonstrados nas avaliações dos alunos dos sistemas públicos educacionais. A discussão sobre essa temática sinaliza para a interferência de vários fatores, os quais são apreendidos a partir de indicadores, tais como: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, ambiente físico escolar e acesso e permanência na escola. No caso do Recife, em que pese a melhoria da educação estar sendo observada nos últimos anos, o que é evidenciado pela elevação do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental, passando de 3,2 em 2005 para 3,8 em 2007, extrapolando a meta projetada para esse ano, entre outras evidências, torna-se necessária uma intervenção educativa mais efetiva e integrada no sentido de que essa melhoria aconteça em todos os níveis e modalidades da educação municipal.

- Assistência Social

Conforme a Constituição Federal de 1988⁷ e, posteriormente em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS⁸ tornam a Assistência Social reconhecida legalmente, integrando o conceito de Seguridade Social no conjunto com a Saúde e a Previdência. Marcos Legais que convergem para o entendimento dos vários estágios de transformação do perfil histórico da Assistência Social no país, trazem propostas inovadoras enquanto política pública, às demandas da sociedade pós-transição democrática.

A conjuntura política atual tem sido favorável, nas três instâncias federativas, assumindo uma agenda ético-política comprometida com o enfrentamento da pobreza e com a superação das diferentes formas de exclusão social no país. Além disso, realiza-se desenhando uma nova

⁷ O artigo 194, no Título da Ordem Social, indica como objetivo o bem-estar e justiça social e afirma que a Assistência Social é política de Seguridade Social realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

⁸ A Lei avança na direção de um Sistema Descentralizado e Participativo a partir do qual se diferenciam serviços, programas e projetos e onde são ampliadas as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e instituídos novos espaços de negociação e pactuação.

linha de ação na perspectiva da (re)construção de um Sistema Único de Assistência Social e desta forma respondendo aos desafios demográficos, econômicos e sociais do país.

A criação da Secretaria de Assistência Social em junho de 2001, a extinção da Legião Assistencial do Recife (LAR) e a criação do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), em 2003, demarcam um novo tempo para a assistência social na Cidade do Recife. Estas iniciativas estiveram sedimentadas no compromisso da gestão municipal consolidando a assistência social como política pública. Neste sentido, a Secretaria de Assistência Social em 2003 descentraliza as suas ações, tornando-as mais acessíveis aos seus usuários, constituindo assim: Coordenadorias Regionais de Assistência Social em cada Região Político-Administrativa, que passam a compor a estrutura organizacional desta Secretaria; em 2005, as Gerências Regionais de Assistência Social.

Com a reforma administrativa de 2005 a estrutura organizacional desta Secretaria e a do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) são reordenadas na perspectiva do SUAS e o Município habilita-se à Gestão Plena da política nacional, por cumprir com os requisitos previstos pela nova Norma Operacional Básica - NOB⁹/SUAS.

A seguir, são elencados os principais avanços da assistência social no município:

- Criação da Secretaria de Assistência Social afirmando direitos básicos de cidadania e demarcando uma nova história da Assistência Social na Cidade do Recife, cujas ações, até então, eram realizadas de forma fragmentada;
- Criação do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), com foco no atendimento à população em alto grau de vulnerabilidade e risco social, garantindo o comando único da Assistência Social no Município;
- Atendimento descentralizado nas Regiões Político-Administrativo (RPA), por meio das Coordenadorias Regionais de Assistência Social e, posteriormente, Gerências Regionais de Assistência Social, com a implantação de 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo dois por cada RPA;
- Habilitação do Município à gestão plena da assistência social pondo em prática o Sistema Único de Assistência Social - SUAS na Cidade do Recife;

⁹ A NOB define que a proteção social “consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e serviços ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (p.90). Garante as seguranças de sobrevivência, acolhida e convívio familiar, que englobam os serviços ofertados pelas Proteções: Social Básica; e Especial de média e alta complexidade.

- Execução do Programa Bolsa Família no Município, estratégia de transferência de renda de grande impacto numa cidade marcada pela desigualdade social beneficiando famílias em situação de pobreza;
- Formação de quadro efetivo de recursos humanos da Assistência Social com a realização de 02 concursos públicos, para o IASC e Secretaria de Assistência Social criando 238 e 228 vagas para cargos de nível superior e médio, respectivamente;
- Realização de quatro Conferências Municipais de Assistência Social, fórum privilegiado de discussão democrática e de proposições de diretrizes da Política de Assistência Social, totalizando 6.614 participantes;
- Formulação do Plano Municipal de Assistência Social 2007-2015, apresentado e aprovado na VI Conferência Municipal de Assistência Social, em consonância com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, tendo o Município exercido um papel protagonista;
- Operacionalização da Proteção Social Básica e Especial de forma direta e indireta, através dos CRAS, do IASC e de entidades de assistência social conveniadas, atendendo à população em situação de vulnerabilidade e risco social, nos seus diversos ciclos de vida, tendo a família como unidade central de referência;
- Política de Acolhida e Atenção Integral às Crianças e Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos em situação de rua e risco, organizado em rede descentralizada e hierarquizada de serviços e equipamentos de Proteção Social de Média e Alta Complexidade, atendendo entre 2004-2007, aproximadamente 37.000 pessoas;
- Implantação do Sistema Recriar - ferramenta de gestão que garantirá o diagnóstico e monitoramento de violação de direitos contra crianças e adolescentes, em tempo real, possibilitando a articulação dos operadores/integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Formulação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, do Plano Municipal de Enfrentamento do Trabalho Infanto-juvenil e implantação do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA, configurando-se como referência nacional no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência.

- Mulher

Especificamente voltada para a promoção e proteção das mulheres, uma política inovadora e abrangente trouxe resultados significativos em termos de mobilização e formação, culminando com a realização de duas Conferências Municipais, somando-se a duas outras realizadas entre 2001 e 2004. Uma rede de instituições de apoio e instâncias de diálogo fortalece a

sensibilização da sociedade e a formação de mulheres promovendo cursos, seminários ações de apoio e se consolida na implantação do Conselho Municipal da Mulher.

A Coordenadoria da Mulher, criada após 2001 foi responsável pela elaboração das políticas e implementação das ações temáticas, em parceria com outras Secretarias do Município. Hoje essa estrutura avança para uma maior solidificação institucional na figura de uma Secretária Especial da Mulher, consolidando os espaços conquistados e ampliando novos horizontes de atuação. As ações são agrupadas em seis eixos temáticos estratégicos:

- *Educação Não Sexista* – Debates e ações pedagógicas de combate ao sexismo, homofobia, lesbofobia e racismo, na Rede Municipal de Educação.
- *Eqüidade de Gênero na Saúde* – Realização de seminários, cursos e debates, sobre a temática de gênero, para os profissionais de saúde; Promoção do debate sobre a importância da mulher em programas de saúde; Formação de agentes multiplicadores em direitos sexuais e reprodutivos; Capacitação de lideranças comunitárias, profissionais de saúde e jovens do Recife e Fortalecimento do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher
- *Participação e Controle Social* – Investe na criação de espaços de controle social e em instrumentos que ampliam a participação das mulheres : Realização de 4 conferências Municipais da Mulher; Realização da Plenária Temática da Mulher e constituição do Fórum Temático da Mulher do Orçamento Participativo; Criação da Brinquedoteca Participativa; Constituição do Conselho Municipal da Mulher e Realização de curso de formação para fortalecimento político das mulheres
- *Assistência e Prevenção da Violência Contra a Mulher* – Programa Municipal NEM COM UMA FLOR para orientação e acompanhamento jurídico; acolhimento e resgate da auto-estima e fortalecimento da rede de apoio para prevenção da violência nas comunidades. Principais ações: Implantação do Centro de Referência Clarice Lispector e da Casa Abrigo Sempre Viva para acolhimento das mulheres em situação de violência doméstica e sexista; Capacitação dos Núcleos de Assistência Judiciária Municipal e da Rede Municipal de Saúde; Curso de Agentes de Cidadania e uma rede de solidariedade para as que estão em situação de violência; Divulgação da Lei Maria da Penha com as mulheres da cidade e Desfile do bloco NEM COM UMA FLOR
- *Gênero e Desenvolvimento Econômico* - Contribuir para autonomia financeira, rompendo com a divisão sexual do trabalho. Promoveu: Inclusão da perspectiva de gênero nos programas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Criação da feira “Mulheres Tecendo a Economia Popular e Solidária” no hall da Prefeitura; Realização

de cursos de formação para geração de renda e qualificação profissional; Criação da Rede de Mulheres Produtoras do Recife; Produção de cartilha e revista com o tema Mulher e Trabalho; Realização de feiras nas RPAs e inclusão das mulheres em feiras de artesanato de grande porte;

- *Política de Gênero com Igualdade Racial* - Combate ao racismo promovendo igualdade de gênero e raça, mediante ações de Participação no Programa de Combate ao racismo institucional; Valorização da mulher negra com as Rodas de diálogo sobre a saúde da mulher negra e Seminário sobre mulher negra e trabalho doméstico; Curso de estética Afro para as mulheres negras, para elevação da auto-estima e inserção no mercado.

- Direitos humanos e segurança cidadã

A partir do ano de 2005, a população do Recife passou a dispor de uma Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã - SDHSC. Desde então, a promoção da cidadania, e dos Direitos Humanos, a partir de políticas públicas afirmativas desenvolvidas de forma articulada e integradas, passaram a existir com uma maior efetividade no Recife.

O Recife possui 32% de sua população formada por crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. A política voltada para a Criança e o Adolescente tem por meta promover direitos humanos, a partir de políticas públicas afirmativas desenvolvidas de forma integrada e articulada com os diferentes setores da administração municipal para inclusão social de crianças e adolescentes.

Segundo estatísticas da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, a Delegacia Especializada registrou 4.900 crimes praticados contra crianças e adolescentes, no ano de 2008. Segundo os registros os maiores números de foram relativos a lesão corporal (25%), maus – tratos (11%), atentado violento ao pudor (7%) e estupro (4%). Com relação ao agressor, em sua maioria, é um conhecido da criança ou do adolescente, vindo em seguida um familiar, e finalmente uma pessoa estranha a vítima. Em sua grande maioria a vítima é do sexo feminino (85%) e de idade entre 0 a 12 anos.

Os adolescentes, jovens e adultos jovens, entre 15 a 29 anos, representam 28% da população do município. No Recife 22 mil habitantes de 15 a 29 anos não são alfabetizados (Censo 2000). Esses jovens ou estão na escola, sem estarem alfabetizados, ou por ela nunca passaram. As dificuldades são grandes para quem não se alfabetiza na faixa de idade

adequada. A maior dificuldade, porém será o seu ingresso no mercado de trabalho e suas relações sociais poderão estar sempre vulneráveis.

É no segmento da Juventude que se registram as maiores taxas de homicídios em todo Brasil. Quanto mais se avança na adolescência, maior é o número de assassinatos. De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), no Recife, 68% dos homicídios ocorridos em residentes, no ano de 2008 vitimaram jovens entre 15 a 29 anos. Há também uma repercussão social importante a considerar: essas mortes prematuras atingem pessoas em idade economicamente ativa, sem que as elas tenha sido dado tempo de produzir. O alto índice de mortes por homicídios atinge, principalmente, a população masculina: 94%.

Com o aumento da expectativa de vida da população a proporção de pessoas com mais de 60 anos ampliou-se. O segmento da pessoa idosa é o que mais cresce em todo o mundo. No Brasil, a tendência para 2025, é de 32 milhões, classificando o país como o sexto em população de idosos.

Recife com 133 mil pessoas idosas, representando 9% da sua população, é a terceira capital brasileira na participação de idosos, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Se, por um lado, o envelhecimento populacional é uma conquista a ser celebrada, por outro, o crescimento do segmento de idosos requer políticas, com vista à garantia e à efetivação do acesso dessas pessoas aos bens e aos serviços socialmente produzidos. Das 133,5 mil pessoas de 60 anos e mais, residentes no Recife, 61% são responsáveis por seus domicílios.

No tocante a violência, os acidentes de transportes e os atropelamentos, são os que mais vitimizam os idosos. Das mortes registradas por esses acidentes, 34% ocorreram em maiores de 60 anos, em 2008, no Recife, segundo registros do SIM/DATASUS.

Apenas em 1991 os censos demográficos brasileiros passaram a ter a obrigatoriedade da inclusão de questões específicas sobre a população com deficiências. Em 2000 o número de pessoas que se declaram com algum tipo de deficiência representam 14,5% da população brasileira e somam 24,5 milhões. São pessoas com *alguma ou grande dificuldade de caminhar, enxergar e ouvir*.

Ainda de acordo como o Censo, a Cidade do Recife tem uma taxa de 16% de pessoas com alguma deficiência, assim distribuída: 45% visual, 26% motora, 17% auditiva, 8% mental e 4% física. Esta distribuição acompanha a tendência nacional. A Prefeitura do Recife portanto, vem implementando políticas públicas de direitos humanos e inclusão social para as pessoas com

deficiência desde 2001. A estratégia é de assegurar a articulação entre as ações cotidianas das diversas secretarias municipais, consolidando uma política de caráter transversal e integrador.

Refletir acerca da violência que assola os homossexuais é penetrar em um universo onde impera o preconceito, muitas vezes mascarado, mas em geral traduzido pela discriminação. A realidade cotidiana mostra que o assassinato de gays, lésbicas, travestis e transexuais configura-se em uma tragédia mundial tendo sua face mais cruel na América Latina e, em particular, no Brasil. Pernambuco figura entre os estados com o maior número de assassinato de homossexuais. A idade média das vítimas se situa entre 21 e 50 anos; em sua maioria são profissionais do sexo e foram mortos a tiros. Se existem dificuldades em se obter informação referente à vítima, com relação ao agressor são maiores ainda, dificultando assim a investigação do delito por parte dos órgãos competentes e a punição ao responsável.

Construir uma nova sociedade, sem exploração econômica nem dominação cultural e política, com superação de barreiras que impedem o acesso de setores da população à participação e ao pleno exercício de seus direitos de cidadania, são prioridades da gestão municipal.

De acordo com o Diagnóstico Preliminar Gênero e Raça da Cidade do Recife, para o Programa de Combate ao Racismo Institucional-PCRI, a população negra brasileira constitui a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria.

Segundo o Diagnóstico o Estado de Pernambuco apresenta na sua composição 58% de negros e 41% de brancos. Em Recife, a população de negros é de 54% acompanhando a tendência nacional. A maioria da população negra, quando comparada à população branca, está nos estratos mais jovens da população, em especial, entre 26 e 40 anos, contribuindo em grande proporção na População Economicamente Ativa do município. No entanto, as maiores taxas de desemprego, apresentadas pelos órgãos de pesquisa, atingem mais fortemente os negros, e em especial a mulher negra. Estão também os negros mais presentes nas menores faixas salariais do mercado formal.

Ainda de acordo com o documento do PCRI as pessoas negras sofrem um conjunto de desvantagens socioeconômicas cumulativas que se consubstanciam em bem estar e qualidade de vida, em média, inferior àquelas das pessoas brancas. A questão racial constitui, portanto uma variável fundamental para compreensão da produção da exclusão social no Brasil.

A situação se agrava quando se analisam as mortes por violência, onde 92% dos óbitos por homicídios são em indivíduos desta raça/cor. Sabendo-se também que 68% destes óbitos acometeram jovens e 94% pessoas do sexo masculino, fica claro o risco que afronta o Cidadão do Recife Jovem e Negro.

A atuação de uma [Segurança Cidadã](#) propõe que a violência deve ser enfrentada não apenas com a ação policial, mas também com medidas preventivas e iniciativas sociais. Essa 'nova' segurança pública aposta no controle e redução de crimes e na construção de ambientes seguros e democráticos como espaços de promoção da convivência entre as pessoas, a partir de ações integradas entre os níveis de governo, municipal, estadual e federal e a sociedade civil. A construção da segurança cidadã se insere, portanto, no compromisso de fortalecimento da cidadania plena de todos os cidadãos e cidadãs, promovendo seu acesso aos seus direitos civis e os benefícios do Estado de Direito Democrático combatendo a violência em todas as suas formas de expressão: a fome, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção, o homicídio, a criminalidade, a falta de acesso aos direitos, validando o caráter multidimensional do tema da violência.

A Prefeitura do Recife vislumbra através de uma Segurança Cidadã a possibilidade de reverter esse quadro de insegurança e violência, tão freqüentes nas grandes cidades, para uma situação que valorize a vida e estimule uma convivência fraterna e solidária. Neste sentido, a Prefeitura do Recife se inseriu no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do Pronasci destaca o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

- ***Gestão democrática e eficiente***

Ao longo das duas últimas gestões, a população pôde assistir a uma significativa expansão dos serviços públicos, assim como pode experimentar a vivência desses avanços e conquistas. A principal meta, no campo da gestão, é manter e ampliar os espaços da participação ao mesmo tempo em que imprime qualidade ao atendimento e às demandas do cidadão. O principal desafio é tornar a ação pública mais eficiente e proporcionar a eficientização em todas as áreas de atuação, agilizando processos e reduzindo o tempo e a distância entre a Prefeitura e o cidadão do Recife.

Para isso, está consagrado o compromisso com a gestão democrática, de modo a ampliar e qualificar o controle social sobre as ações da Prefeitura. E avançando com o aprendizado da participação assegurar a eficiência, de modo a melhorar os processos internos e, em consequência, o atendimento à população.

A instância fundamental nesse modelo de gestão democrática é o Orçamento Participativo. É a melhor expressão concreta dos princípios de participação, transparência e inversão de prioridades, em busca de uma cidade mais justa. Sua estrutura prevê um ciclo regular de atividades que constitui um processo de participação da sociedade na gestão da cidade, baseado na ampliação da transparência e do controle sobre a arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Ao longo de todos esses anos de atividades o Orçamento Participativo contou com mais de 554 mil pessoas envolvidas nas suas diversas arenas, contando com a atuação de 18 mil delegados e 712 conselheiros. Um total de 319 milhões de Reais foi investido a partir da determinação direta da população, segundo suas prioridades. Foram 3,8 mil obras realizadas em toda a cidade a partir dessas demandas discutidas e decididas pelo cidadão.

O sistema é aberto à participação direta do cidadão e não se restringe apenas à figura dos delegados. Conta com um eficiente e moderno sistema de apoio operacional e de controle informatizado, que garante transparência e tranqüilidade no andamento das plenárias e outras esferas de diálogo, além de garantir velocidade e facilidade no acesso a informações e resultados.

- Tecnologia da Informação e Comunicação

Afora o incentivo à participação, a Prefeitura do Recife vem investindo na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão. Um dos campos chave para essa evolução é o da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Historicamente, no âmbito da Administração Pública Municipal, as ações relativas à TIC voltavam-se fortemente para a otimização dos processos administrativos, informatizando áreas que manipulam grandes volumes de dados e necessitam de precisão em cálculos matemáticos e financeiros. Os processos de gestão financeira e contábil, de lançamento e arrecadação de tributos, e de gestão de pessoal foram o grande foco das estratégias de TIC durante décadas.

Equacionados os problemas de otimização dos processos financeiros, tributários e administrativos, as demandas e, conseqüentemente, as ações de TIC voltaram-se para outras áreas com grande manipulação de dados e carentes de informatização, com destaque para as áreas de Educação e Saúde. Mas sempre atuando no viés interno da Administração, com foco nos processos de trabalho e não no Cidadão ou na Sociedade.

Hoje a Prefeitura do Recife atinge um elevado nível de informatização: conta com um parque de 15.000 equipamentos de informática, sendo 4.800 micro-computadores, opera 142 sistemas informatizados que manipulam mais de 5 tera-bytes de dados e alcançam todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta de sua estrutura. Entretanto, o foco nos processos internos continua. A geração de conteúdo ao cidadão e à sociedade em suas diversas formas de organização e manifestação ainda é pequena e insipiente no que se refere às ações de criação do Governo Eletrônico, principalmente nas iniciativas da *e-participação*, e ao fomento do inexorável processo de instalação da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O recurso ao digital também atingiu escolas, empresas e estados. O uso de facilidades de *e-learning* (Educação Eletrônica), *e-business* (Negócios Eletrônicos) e *e-government* (Governo Eletrônico) são exemplos disso. As manifestações de *e-learning*, *e-business* e *e-government* constituem também oportunidades de mudança ou, pelo menos, de repensar o uso de tecnologias e sistemas de informação ao serviço das práticas e de dar respostas à sociedade.

Em especial, o Governo Eletrônico é um facilitador de tempos e um indutor de respostas das organizações. Pelo papel de liderança e regulação que lhe está associado pode induzir práticas de base digital e fomentar o acesso e disponibilidade de informação agregada, potencializando a eficiência administrativa e aumentando a cidadania.

Nas várias dimensões do Governo Eletrônico inclui-se a *e-participação*. Esta é entendida como uma das áreas de maior impacto. Permite a reinvenção da coleta de opinião pública e da vontade popular, num outro ciclo de tempo que o eleitoral e de modo bem mais flexível que potencializa a responsabilização e o envolvimento de modo diverso do estabelecido, já nos nossos dias.

- Previdência e saúde complementar do servidor municipal

Outro campo em que a Prefeitura do Recife vem investindo é na valorização e apoio ao servidor municipal. A implantação dos sistemas de previdência e de saúde complementar testemunham essa iniciativa.

Desde 1998, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 20 e de outras normas, tornou-se impositiva a estruturação de regimes próprios de previdência com base em critérios que assegurem o equilíbrio financeiro e atuarial, com o objetivo de garantir benefícios previdenciários a servidores do quadro efetivo da Administração Pública em todo o país.

Embora no início de 1999 o Governo Municipal anterior tenha definido regras de transição através de lei municipal, foi somente após que foi efetivamente instituído o sistema de Previdência Funcional do Recife. Foi instituída inicialmente a então Autarquia Previdenciária do Município do Recife (RECIPREV). O novo Regime Próprio de Previdência do Servidor Municipal foi sendo montado até a consolidação do Sistema de Previdência Municipal em 2005 quando o Regime Próprio de Previdência Municipal passou a ter as suas atuais feições normativas e operacionais.

Já o Sistema de Saúde Complementar dos Servidores Municipais (Saúde Recife), instituído em agosto de 2007, tem como marcas principais:

- Acessibilidade/ Busca Direta
- Controle interno - Mecanismos Regulatórios do acesso aos serviços de saúde
- Informações Gerenciais em tempo real
- Rede referenciada em todas as especialidades e geograficamente bem distribuída na RMR
- Tabela própria utilizando como referência a CBHPM – 20%
- Investimento nos Programas de Prevenção e Promoção à Saúde.

O Saúde Recife se consolidou como um Plano de Saúde com alto padrão de qualidade, atendendo hoje cerca de 30.000 usuários, entre servidores e dependentes. Sofreu, em Dezembro de 2008, alterações na sua tabela de contribuições instituídas por Lei Municipal.

b. Perspectivas

O PPA 2010-2013 traz a visão de futuro e as propostas de ação de uma nova gestão que representa a continuidade e o aprofundamento de um projeto político já bem consolidado nos últimos oito anos. Essa identidade de gestão é pautada por uma forte tônica nas demandas sociais e na consagração de um modelo de gestão participativa sem antecedentes na esfera local.

As informações tratadas anteriormente demonstram o esforço e as expressivas vitórias alcançadas. Isso tanto numa mudança de enfoque, que privilegia a população mais carente, quanto na forma de ação, valorizando um modelo de gestão participativa, que imprime legitimidade às ações, como ainda, numa dimensão mais concreta, visível nos resultados expressos nas obras e nas melhoras no padrão de prestação de serviços à comunidade.

As perspectivas para o PPA 2010-2013 evidenciam uma atitude de superação, na escolha de prioridades que determinam o que precisa ser feito no enfrentamento dos principais problemas da cidade. Evidenciam também um contexto de transformação, no qual se procura avançar naquilo que precisa ser feito para potencializar grandes conquistas recentes capazes de imprimir um novo impulso ao Recife e Pernambuco: a solidificação de Suape como pólo de desenvolvimento, a realização da Copa 2014 e a consolidação do turismo cultural, provando que a nossa cidade é a gente quem faz.